

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ

01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022

BALANÇO



BALANÇO

SNC- AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
APÓS O APURAMENTO DOS RESULTADOS / 2022

Original

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		N	N-1
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		415 624,81	375 659,48
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		415 624,81	375 659,48
Ativo corrente			
Inventários		5 146,78	4 625,14
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0,06	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber		1 041 187,79	1 001 049,34
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos por negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos		6 400,78	10 894,10
		1 052 735,41	1 016 568,58
Total do ativo		1 468 360,22	1 392 228,06
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		58 024,43	58 024,43
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		171 069,23	141 069,81
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		151 187,58	151 838,06
Resultado líquido do período		48 601,00	27 999,42
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do património líquido		429 222,24	380 871,72
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores		8 159,91	2 792,98
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		2 430,67	4 635,47
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			11 980,40
Outras contas a pagar		1 028 567,40	991 947,49
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos por negociação			
Outros passivos financeiros			
		1 039 137,98	1 011 356,34
Total do passivo		1 039 137,98	1 011 356,34
Total do património líquido e do passivo		1 468 360,22	1 392 228,06

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
POR NATUREZA

SNC- AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

APÓS O APURAMENTO DOS RESULTADOS / 2022

Original

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		N	N-1
Impostos, contribuições e taxas		1 819,78	1 965,19
Vendas		2 970,80	45 405,20
Prestações de serviços e concessões		89 935,69	20 473,04
Transferências e subsídios correntes obtidos		7 641 063,78	7 305 338,07
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variações nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos		-81 872,44	-44 462,32
Fornecimentos e serviços externos		-241 333,24	-231 569,30
Gastos com pessoal		-7 271 595,84	-7 009 550,30
Transferências e subsídios concedidos		-5 082,53	
Prestações sociais		-20 900,86	-13 807,94
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Doutros rendimentos		39 073,42	28 143,73
Doutros gastos		-25,84	
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		154 052,72	101 935,37
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-105 436,28	-73 929,99
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		48 616,44	28 005,38
Juros e rendimentos similares obtidos			17,52
Juros e gastos similares suportados		-15,44	-23,48
Resultado antes de impostos		48 601,00	27 999,42
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		48 601,00	27 999,42

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

SNC- AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

AL/APURAMENTO DOS RESULTADOS 2022

DESCRIÇÃO	NOTAS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DA ENTIDADE QUE CONTROLA										Original			
		CAPITAL/ PATRIMÓNIO SUBSCRITO	AÇÕES/QUOTAS PRÓPRIAS	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	PRÉMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS	RESULTADOS TRANSFERIDOS	AJUST. EM ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIÁVEIS NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	58 024,43					143 009,81				151 838,06	27 999,42	380 871,72		380 871,72
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						27 999,42					21 971,52	-27 999,42	21 971,52		21 971,52
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Correção de erros materiais															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização e respectivas variações															
Transferências e subsídios de capital											11 503,95		11 503,95		11 503,95
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido											10 467,57	-27 999,42	10 467,57		10 467,57
	(2)					27 999,42					21 971,52	-27 999,42	21 971,52		21 971,52
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)											48 601,00	48 601,00		48 601,00
RESULTADO INTECAL	(4)=(2)+(3)					27 999,42					21 971,52	20 601,58	70 572,52		70 572,52
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											-22 222,00		-22 222,00		-22 222,00
Subscrições de capital/património															
Subscrições de prémios de emissão															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações											-22 222,00		-22 222,00		-22 222,00
	(5)										-22 222,00		-22 222,00		-22 222,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	58 024,43					171 009,23				151 587,56	48 601,00	429 222,24		429 222,24

Demonstração dos fluxos de caixa



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

SNC- AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

APÓS O ENCERRAMENTO DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL 2022

Original

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		92 899,96	67 839,26
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7 593 159,32	7 268 063,18
Recebimentos de utentes		1 819,78	
Pagamentos a fornecedores		-329 889,66	-287 534,84
Pagamentos ao pessoal		-7 224 197,91	-6 956 244,10
Pagamentos a contribuintes/utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-5 982,53	-13 807,94
Pagamentos de prestações sociais		-20 960,86	
	Caixa gerada pelas operações	107 808,10	78 315,56
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-5 788,28	-1 872,24
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	102 019,82	76 443,32
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-122 525,66	-177 726,27
Ativos intangíveis		-12 408,38	
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital		28 420,90	104 731,42
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-106 513,14	-72 994,85
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		
	Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-4 493,32	3 448,47
	Efeito das diferenças de câmbio		
	Caixa e seus equivalentes no início do período	10 894,10	7 445,63
	Caixa e seus equivalentes no fim do período	6 400,78	10 894,10
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
	Caixa e seus equivalentes no início do período	10 894,10	7 445,63
	- Equivalentes a caixa no início do período		
	+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		
	- Variações cambiais de caixa no início do período		
	= Saldo da gerência anterior	10 894,10	7 445,63
	De execução orçamental	21 014,64	38 058,27
	De operações de tesouraria	-10 120,54	-30 612,64
	Caixa e seus equivalentes no fim do período	6 400,78	10 894,10
	- Equivalentes a caixa no fim do período		
	+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		
	- Variações cambiais de caixa no fim do período		
	= Saldo para a gerência seguinte	6 400,78	10 894,10
	De execução orçamental	21 877,43	21 014,64
	De operações de tesouraria	-15 476,65	-10 120,54

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Identificação: ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ

Número de Identificação Fiscal: 671 000 268

Localização: Santa Cruz - Madeira

Morada: Avenida 2 de Agosto de 1996, n.º 2; 9100-235 Santa Cruz

Telefone: 291520050

E-mail: ebsscruz@edu.madeira.gov.pt

Classificação Orgânica: Funcionamento Normal 43 0 01 07 07

Investimento 43 9 50 07 07

Tutela: Secretaria Regional de Educação - SRE

Regime Financeiro

Natureza Jurídica: Pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa.

Legislação

Constituição: Portaria nº 791/75, de 31 de dezembro e Despacho nº 20/98, da Secretaria Regional de Educação

Orgânica e Funcionamento: Decreto Legislativo Regional nº 4/2000/M, de 31 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 21/2006/M, de 21 de junho.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos da Escola. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimento e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceitual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contábilísticas a adotar pela Escola, com impacto significativo no valor contábilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho Administrativo e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras é mantida de um período para o período seguinte, a menos que:

- Outra apresentação ou classificação seja, mais apropriada tendo em atenção os critérios para a seleção e aplicação de políticas contábilísticas da NCP 2;
- Uma outra NCP exija uma alteração na apresentação.

Materialidade e agregação

Os diversos itens são apresentados separadamente nas notas às demonstrações financeiras, que compreendem balanço a demonstração dos resultados a demonstração das alterações no património líquido a demonstração de fluxos de caixa e as notas às demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP, como segue:

- Os ganhos e perdas na alienação de ativos não correntes, são relatados na demonstração dos resultados deduzindo ao produto da alienação a quantia escriturada do ativo (Custo amortizações) e as respetivas despesas de venda, se existirem.

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade e não existe uma intenção de liquidar a Escola Básica e Secundária de Santa Cruz ou de cessar as operações, nem no curto nem no médio prazo.

Não existem valores em caixa ou equivalentes de caixa que não se encontrem disponíveis para uso.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

O detalhe dos saldos de caixa e bancos é como segue:

Desagregação de caixa e depósitos				
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas				
	2022	2021	Variação	Variação %
Caixa	758,95	2 928,76	- 2 169,81	-285,90%
Depósitos à ordem			-	
Depósitos à ordem no Tesouro			-	
Depósitos bancários à ordem	5 641,83	7 965,34	- 2 323,51	-41,18%
Depósitos a prazo			-	
Depósitos consignados			-	
Depósitos de garantias e cauções			-	
Outros Depósitos bancários			-	
Total de caixa e depósitos	6 400,78	10 894,10	- 4 493,32	-41,25%

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Ativos intangíveis

Reconhecimento

Um ativo intangível é reconhecido se, e apenas se, for identificável, e cumprir as condições de reconhecimento seguintes:

- a) For provável que fluirão para a entidade os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperados atribuíveis ao ativo; e
- b) O custo ou o justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Mensuração

Um ativo intangível é mensurado inicialmente pelo seu custo, que compreende:

- a) O seu preço de compra, incluindo direitos de importação e impostos não dedutíveis ou reembolsáveis sobre a compra, após dedução de descontos comerciais e abatimentos;

b) Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida pelo órgão de gestão.

Após o reconhecimento inicial, um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, devendo aplicando-se essa política a uma classe inteira de ativos intangíveis.

Reconhecimento como um gasto

O dispêndio com um item intangível é reconhecido como um gasto quando suportado, a menos que faça parte do custo de um ativo intangível que satisfaça os critérios de reconhecimento referidos nos parágrafos anteriores.

Os dispêndios com um ativo intangível que tenham sido inicialmente reconhecidos como um gasto não são reconhecidos como parte do custo de um ativo intangível numa data posterior.

Quantia amortizável, vida útil e método de amortização

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil e a amortização cessa quando o ativo é desreconhecido.

O método de amortização usado para imputar a quantia amortizável de um ativo numa base sistemática durante a sua vida útil estimada deverá ser o método das quotas constantes (ou da linha reta). Este método deve ser aplicado de forma consistente de período para período.

Imparidade

As quantias escrituradas dos ativos intangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável dos respetivos ativos, que é determinada como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor

de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil e, sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registrada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade determinadas em períodos anteriores é registrada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registrada.

Desreconhecimento

Um ativo intangível deve ser desreconhecido, quando:

- a) No momento da alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação), ou
- b) Quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um bem do ativo intangível é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se existir, e a quantia escriturada do ativo, é reconhecida nos resultados quando o bem for desreconhecido.

Em 31 de dezembro de 2022, os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis resumem-se como segue:



ATIVOS INTANGÍVEIS

SNC- AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
APÓS APURAMENTO DOS RESULTADOS 2022

Original

RUBRICAS	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL	VARIACÕES								QUANTIA ESCRITURADA FINAL	
		ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS INTERIAS A ENTIDADE	REVALORIZAÇÕES	REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIIDADE	PERDAS POR IMPARIIDADE	AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO	DIFERENÇAS CAMBAS	DIMINUIÇÕES		
ATIVOS INTANGÍVEIS											
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Goodwill											
Projetos de desenvolvimento											
Programas de computador e sistemas de informação		12 408,38							-12 408,38		
Propriedade industrial e intelectual											
Outros ativos intangíveis											
Ativos intangíveis em curso											
TOTAL		0,00	12 408,38	0,00	0,00	0,00	0,00	-12 408,38	0,00	0,00	0,00

2. Acordos de concessão de serviços: Concedente

Não aplicável

3. Ativos fixos tangíveis

Reconhecimento

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se:

- a) For provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e
- b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

As peças sobressalentes e equipamentos de serviço são registados como inventários e reconhecidos nos resultados quando consumidos. As grandes peças sobressalentes e equipamentos de substituição contabilizam-se como ativos fixos tangíveis quando se espera usá-los durante mais de um período.

Reconhece-se, na quantia escriturada de um bem do ativo fixo tangível o custo da parte que substitui tal bem quando suportado, se estiverem satisfeitos os critérios de reconhecimento.

A quantia escriturada das partes que são substituídas é desreconhecida de acordo com as disposições de desreconhecimento.

Mensuração

Um bem do ativo fixo tangível que satisfaça as condições de reconhecimento como um ativo é mensurado pelo seu custo, ou

Um bem do ativo fixo tangível adquirido através de uma transação sem contraprestação, da seguinte forma:

a) Outros ativos — Custo do bem recebido, ou na falta deste, o respetivo valor de mercado.

O custo de um bem do ativo fixo tangível compreende:

a) O seu preço de compra, incluindo direitos de importação e impostos não dedutíveis ou reembolsáveis sobre a compra, após dedução de descontos comerciais e abatimentos;

b) Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida pelo órgão de gestão; e

c) A estimativa inicial dos custos de desmantelamento e de remoção do bem e da restauração do local em que está localizado, e que a entidade é obrigada a suportar quando o bem é adquirido, ou em resultado de ter usado o bem durante um determinado período para fins que não sejam produzir inventários durante esse período.

Após reconhecimento como ativo, um bem do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, aplicando-se essa política a uma classe inteira de ativos fixos tangíveis.

Quantia depreciável, vida útil e método de depreciação

A quantia depreciável de um ativo é imputada numa base sistemática ao longo da sua vida útil, exceto os bens do património histórico, artístico e cultural que não são objeto de depreciação.

A depreciação de um ativo começa quando fica disponível para uso, isto é, quando estiver no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. A depreciação de um ativo cessa quando o ativo é desreconhecido.

O método de depreciação usado para imputar a quantia depreciável de um ativo numa base sistemática durante a sua vida útil estimada é o método das quotas constantes (ou da linha reta). Este método é aplicado de forma consistente de período para período.

Imparidade

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável dos respetivos ativos, que é determinada como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil e, sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade determinadas em períodos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

Desreconhecimento

Um bem do ativo fixo tangível deve ser desreconhecido:

a) No momento da alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou

b) Quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um bem do ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se existir, e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido nos resultados quando o bem for desreconhecido.

Em 31 de dezembro de 2022, os movimentos ocorridos nos Ativos fixos tangíveis resumem-se como segue:



ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

SNC- AP - Sistema de Normalização Contábilística para as Administrações Públicas
APÓS APURAMENTO DOS RESULTADOS 2022

RUBRICAS	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL	VARIÁÇÕES NO PERÍODO							QUANTIA ESCRITURADA FINAL	
		ADICÕES	TRANSFERÊNCIAS INTERNA A ENTIDADE	REVALORIZAÇÕES	REVERSES DE PERDAS POR IMPARIDADE	PERDAS POR IMPARIDADE	DEPRECIACÕES DO PERÍODO	DIFERENÇAS CAMBIAS		DIMINUIÇÕES
Original										
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS										
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Outros bens de domínio público										
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Equipamento básico	370 657,76	132 342,12		651,11			-91 248,90			412 402,09
Equipamento de transporte										
Equipamento administrativo	4 858,28						-1 682,28			3 176,00
Equipamentos biológicos										
Outros ativos fixos tangíveis	143,44						-96,72			46,72
Ativos fixos tangíveis em curso										
TOTAL	375 659,48	132 342,12		651,11			-93 027,90			415 624,81

4. Locações

Locações Operacionais - Locatário

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

BENS LOCADOS (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes					
Fotocopiadoras/Impressoras 2022/2023 - SCEP	8 052,00 €	7 381,00 €	- €	7 381,00 €	- €	671,00 €	- €	- €	671,00 €	671,00 €
	8 052,00 €	7 381,00 €	- €	7 381,00 €	- €	671,00 €	- €	- €	671,00 €	671,00 €

5. Custos de empréstimos obtidos

Não aplicável

6. Propriedades de investimento

Não aplicável

7. Imparidade de ativos

Não aplicável

8. Inventários



INVENTÁRIOS

SNC- AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

DEZEMBRO 2022

Original

RUBRICAS	QUANTIA BRUTA	IMPARIIDADE ACUMULADA	QUANTIA RECUPERÁVEL
[1]	[2]	[3]	[4]-[2]-[3]
Mercadorias	2 928,45		2 928,45
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 218,33		2 218,33
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refulos			
Produtos e trabalhos em curso			
TOTAL	5 146,78		5 146,78

O Contabilista Público

O Órgão de Gestão

Em quinta-Feira, 23 de março de 2023

Em quinta-Feira, 23 de março de 2023

DOCUMENTO PROCESSADO POR COMPUTADOR - XISCONNET

PÁGINA 1 DE 1

9. Agricultura

Não aplicável

10. Contratos de construção

Não aplicável

11. Rendimento de transações com contraprestação

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ

Quadro 13.1 — Rendimentos com contraprestação

2022

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
(1)	(2)
Prestação de serviços	89 935,69 €
Venda de bens	2 970,80 €
Juros	
Royalties	
Dividendos ou distribuições similares	
Outros	- €
TOTAL	92 906,49 €

Notas:

VENDAS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

- (i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- (ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- (iii) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- (iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- (v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço

12. Rendimento de transações sem contraprestações

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ

Quadro 14.1 — Rendimentos sem contraprestação

2022

Tipo de transação sem contraprestação	Notas	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamento s recebidos
		Resultados	Património líquido	Início do	Final do	
1		2		3		
Impostos diretos						
Impostos indiretos						
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde						
Taxas		1 644,78				
Multas e outras penalidades		175,00				
Transferências sem condição	a	7 641 063,78	-			
Transferências com condição						
Subsídios sem condição						
Subsídios com condição						
Legados, ofertas e doações	b	4 029,04	6 438,53			
Outros	c	35 044,38				
TOTAL		7 681 956,98	6 438,53	-	-	-

NOTAS:

- O valor referente aos Subsídios e Transferências Correntes constante na contabilidade Orçamental é 7593659,321. O valor apresentado na rubrica de rendimentos "Transferências Obtidas" da Demonstração de Resultados é de 7641063,781. A diferença resulta de movimentos patrimoniais que obedecem ao princípio da especialização do exercício assim identificados:
- a) O valor de 7641063,781 difere do valor da rubrica 06 (7593659,321) em 47404,461 que resultam dos movimentos de anulação (972391,321) e acréscimo (1020396,381) de rendimentos referente a férias e subsídio de férias de 2021 e 2022 respetivamente (47404,461).
 - A escola recebeu o valor 28420,901 como transferências sem condições para a aquisição de bens de capital, no entanto, os bens adquiridos foram sujeitos a depreciação pelo que não houve efeito sobre o património líquido
 - b) O valor 4029,041, corresponde ao valor da especialização de rendimentos referente às depreciações e/ou amortizações do exercício dos ativos de ofertas e A escola recebeu o valor 10467,571 referente a doações. O valor 6438,531, corresponde ao valor das ofertas e doações deduzidas as depreciações e/ou amortizações do exercício desses mesmos ativos
 - c) O valor 35044,381 corresponde a Imputação de subsídios e transferências para investimentos dos ativos fixos adquiridos no valor de 34567,931 e os restantes 476,451 referem-se a correções de anos anteriores.

Reconhecimento de ativos

Um influxo de recursos de uma transação sem contraprestação, que não sejam serviços em espécie, que satisfaça a definição de ativo deve ser reconhecido como tal quando, e somente, quando:

- a) For provável que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associado ao ativo fluam para a entidade; e
- b) O justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Mensuração de ativos no reconhecimento inicial

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação deve ser inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição.

Reconhecimento do rendimento de transações sem contraprestação

Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo deve ser reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo.

Mensuração do rendimento de transações sem contraprestação

O rendimento de transações sem contraprestação deve ser mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.

Obrigação presente reconhecida como passivo

Uma obrigação presente resultante de uma transação sem contraprestação que satisfaça a definição de passivo deve ser reconhecida como tal quando, e somente, quando:

- a) For provável que seja exigido um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para liquidar a obrigação; e

b) Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Condições sobre um ativo transferido

As condições sobre um ativo transferido dão origem a uma obrigação presente que deve ser reconhecida como passivo.

Restrições sobre ativos transferidos

Quando o ativo transferido, ou outros benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, não seja devolvido ao cedente a entidade não assume uma obrigação presente de transferir benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para terceiros.

13. Provisões. Passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável

14. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável

15. Acontecimentos após a data de relato

Não aplicável

16. Instrumentos financeiros

Ver nota 21 – outras divulgações.

17. Benefícios dos empregados

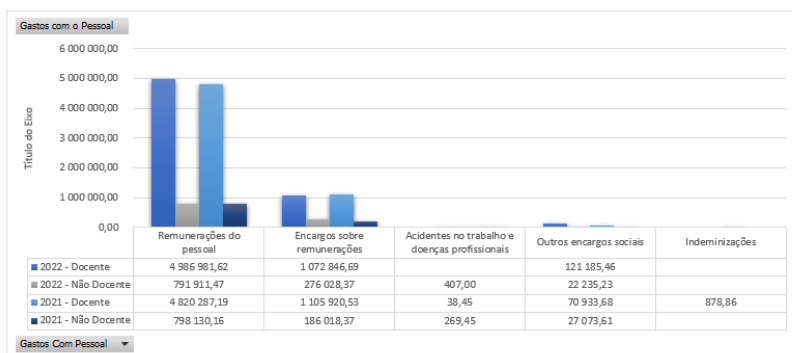
Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de desempenho, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais, tais como trabalho extraordinário e subsídio de prevenção e trabalho noturno e abonos variáveis.

Todo o pessoal ao serviço desta escola foi remunerado de acordo com as respetivas funções. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

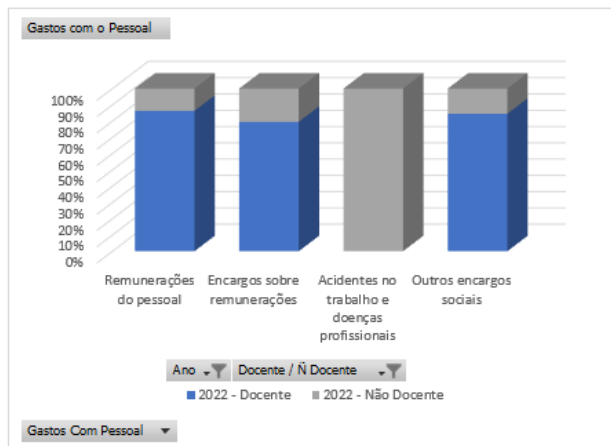
De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e a subsídio de férias vencem-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no ano subsequente, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Gastos com Pessoal decompõe-se da seguinte forma:

Gastos com o Pessoal	Anos		2022 Total	2021		2021 Total	%		%	
	2022			2021			2022		2021	
	Docente	Não Docente		Docente	Não Docente		Docente	Não Docente	Docente	Não Docente
SNC-AP										
Remunerações do pessoal	4 986 981,62	791 911,47	5 778 893,09	4 820 287,19	798 130,16	5 618 417,35	69%	11%	69%	11%
Encargos sobre remunerações	1 072 846,69	276 028,37	1 348 875,06	1 105 920,53	186 018,37	1 291 938,90	15%	4%	16%	3%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais		407,00	407,00	38,45	269,45	307,90	0%	0%	0%	0%
Outros encargos sociais	121 185,46	22 235,23	143 420,69	70 933,68	27 073,61	98 007,29	2%	0%	1%	0%
Indemnizações				878,86		878,86	0%	0%	0%	0%
Total Geral	6 181 013,77	1 090 582,07	7 271 595,84	5 998 058,71	1 011 491,59	7 009 550,30	85%	15%	86%	14%



Gastos com o Pessoal	Anos		2022 Total
	2022		
SNC-AP	Docente	Não Docente	
Remunerações do pessoal	4 986 981,62	791 911,47	5 778 893,09
Encargos sobre remunerações	1 072 846,69	276 028,37	1 348 875,06
Acidentes no trabalho e doenças profissionais		407,00	407,00
Outros encargos sociais	121 185,46	22 235,23	143 420,69
Total Geral	6 181 013,77	1 090 582,07	7 271 595,84



ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ

Benefícios dos empregados
sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

Euros	Anos			Anos			Variação €	Variação %
	2022		2022 Total	2021		2021 Total		
Gastos com o Pessoal	Docente	Não Docente		Docente	Não Docente			
Remunerações do pessoal	4 986 981,62	791 911,47	5 778 893,09	4 820 287,19	798 130,16	5 618 417,35	160 475,74	2,86%
Remunerações certas e permanentes	4 953 015,73	781 307,67	5 734 323,40	4 788 503,10	787 890,00	5 576 393,10	157 930,30	2,83%
Remuneração base	4 055 589,31	618 378,88	4 673 968,19	3 892 385,58	612 603,68	4 504 989,26	168 978,93	3,75%
Subsídio de férias	358 457,49	52 944,04	411 401,53	344 383,42	58 569,69	402 953,11	8 448,42	2,10%
Subsídio de Natal	347 089,51	52 258,98	399 348,49	334 736,24	53 227,94	387 964,18	11 384,31	2,93%
Subsídio de refeição	159 860,14	57 725,77	217 585,91	174 472,26	63 488,69	237 960,95	-20 375,04	-8,56%
Suplementos e prémios	32 019,28		32 019,28	42 525,60		42 525,60	-10 506,32	-24,71%
Abonos variáveis ou eventuais	33 965,89	10 603,80	44 569,69	31 784,09	10 240,16	42 024,25	2 545,44	6,06%
Abono para falhas		869,82	869,82		906,17	906,17	-36,35	-4,01%
Outros abonos variáveis	23 453,53	9 733,98	33 187,51	25 399,52	9 333,99	34 733,51	-1 546,00	-4,45%
Trabalho extraordinário	10 512,36		10 512,36	6 384,57		6 384,57	4 127,79	64,65%
Encargos sobre remunerações	1 072 846,69	276 028,37	1 348 875,06	1 105 920,53	186 018,37	1 291 938,90	56 936,16	4,41%
Sistemas de proteção social	1 072 846,69	276 028,37	1 348 875,06	1 105 920,53	186 018,37	1 291 938,90	56 936,16	4,41%
Caixa Geral de Aposentações	1 062 186,05	152 927,12	1 215 113,17	1 014 048,17	153 884,87	1 167 933,04	47 180,13	4,04%
Segurança social - Regime geral	10 660,64	123 101,25	133 761,89	91 872,36	32 133,50	124 005,86	9 756,03	7,87%
Outros encargos sociais	121 185,46	22 235,23	143 420,69	70 933,68	27 073,61	98 007,29	45 413,40	46,34%
Subsídio familiar a crianças e jovens	4 311,44	4 796,62	9 108,06	4 462,34	4 666,08	9 128,42	-20,36	-0,22%
Pessoal em reserva ou a aguardar aposentação		1 326,15	1 326,15		480,51	480,51	845,64	175,99%
Outras prestações familiares		2 659,20	2 659,20				2 659,20	100,00%
Subsídios de parentalidade	92 753,33	11 804,88	104 558,21	58 875,23	19 600,43	78 475,66	26 082,55	33,24%
Outras pensões		1 624,28	1 624,28		1 619,38	1 619,38	4,90	0,30%
Outras despesas de segurança social	24 075,69	24,10	24 099,79	7 596,11	707,21	8 303,32	15 796,47	190,24%
Encargos com a saúde	45,00		45,00				45,00	100,00%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais		407,00	407,00	38,45	269,45	307,90	99,10	32,19%
Acidentes no trabalho		407,00	407,00	38,45	269,45	307,90	99,10	32,19%
Indemnizações				878,86		878,86	-878,86	-100,00%
Pessoal				878,86		878,86	-878,86	-100,00%
Abonos devidos pela cessação da relação jurídica				878,86		878,86	-878,86	-100,00%
Total Geral	6 181 013,77	1 090 582,07	7 271 595,84	5 998 058,71	1 011 491,59	7 009 550,30	262 045,54	3,74%

18. Divulgações de partes relacionadas

Não aplicável

19. Relato por segmentos

Ver o Relatório de Gestão.

20. Interesses em outras entidades

Não existem registos a observar em relação a acordos conjuntos que impliquem direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos.

21. Notas e Outras Divulgações

21.1 Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Não aplicável

21.2 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica compreende:

Outras contas a receber				
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas				
	2022	2021	Variação	Variação %
Devedores por devolução de transferências e subsídios	0,06		0,06	
Outros devedores e credores por transferências e subsídios	20 771,41	17 660,16	3 111,25	17,62%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes				
Fornecedores c/c				
Adiantamentos a fornecedores	20,00		20,00	
Fornecedores de investimentos				
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	1 020 396,38	983 389,18	37 007,20	3,76%
	1 041 187,85	1 001 049,34	40 138,51	3,86%

21.3 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica compreende:

Outras contas a pagar				
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas				
	2022	2021	Variação	Variação %
Devedores por devolução de transferências e subsídios				
Outros devedores e credores por transferências e subsídios				
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	2 410,67	4 635,47	- 2 224,80	-48,00%
Fornecedores c/c	8 159,91	2 792,98	5 366,93	192,16%
Adiantamentos a fornecedores				
Fornecedores de investimentos		11 980,40	- 11 980,40	-100,00%
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	1 028 567,40	991 947,49	36 619,91	3,69%
	1 039 137,98	1 011 356,34	27 781,64	2,75%

21.3.1 Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica compreende:

Fornecimento e Serviços Externos				
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas				
	2022	2021	Variação	Variação %
Serviços especializados				-
Outros trabalhos especializados	14 091,00	15 086,00	-	995,00 -7,06%
De serviços financeiros	76,05		76,05	100,00%
Assistência técnica	6 414,32	6 414,32	-	-
Outros gastos de conservação e reparação	7 880,84	10 844,84	-	2 964,00 -37,61%
Outros serviços especializados	788,21	1 071,66	-	283,45 -35,96%
Materiais de consumo				-
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	81,61	379,50	-	297,89 -365,02%
Material de escritório	5 626,69	2 684,33	2 942,36	52,29%
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	1 915,38	1 426,49	488,89	25,52%
MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	61 613,27	55 078,01	6 535,26	10,61%
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	4 538,39	6 063,97	-	1 525,58 -33,62%
Medicamentos e artigos para a saúde	20,40		20,40	100,00%
Produtos químicos e de laboratórios	54,90	141,01	-	86,11 -156,85%
Outros materiais diversos de consumo	2 839,11	2 096,90	742,21	26,14%
Energia e fluidos				-
Electricidade	25 354,98	24 264,31	1 090,67	4,30%
Combustíveis e lubrificantes	2 125,00	1 080,35	1 044,65	49,16%
Água	28 014,25	22 345,58	5 668,67	20,23%
Deslocações, estadas e transportes				-
Deslocações e estadas	1 628,00	15,00	1 613,00	99,08%
Transporte escolar	62 747,85	35 238,91	27 508,94	43,84%
Outros		31 725,00	-	31 725,00 -100,00%
Serviços diversos				-
Rendas e alugueres	8 052,00	8 052,00	-	-
Comunicação	5 679,57	7 061,99	-	1 382,42 -24,34%
Seguros	597,56	272,65	324,91	54,37%
Outros serviços	1 193,86	226,48	967,38	
	241 333,24 €	231 569,30 €	9 763,94	4,05%

21.4 Transferências e subsídios recebidos

Um ativo relativo a transferências é reconhecido quando os recursos transferidos satisfizerem a definição de ativo e os respetivos critérios de reconhecimento. As transferências incluem transferências financeiras, subsídios, perdões de dívidas, multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens e serviços em espécie.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica compreende:

Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos				
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas				
	2022	2021	Variação	Variação %
Bancos e outras instituições financeiras.	500,00		500,00	100,00%
Administração regional	7 632 201,68	7 305 338,07	326 863,61	4,28%
Resto do mundo	8 362,10		8 362,10	100,00%
	- 7 641 063,78	7 305 338,07	335 725,71	4,39%

21.5 Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica compreende:

Rendimentos suplementares				
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas				
	2022	2021	Variação	Variação %
OUTRAS	476,45		476,45	
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	34 567,93	24 578,77	9 989,16	40,64%
De capital		3 564,96	-	-100,00%
Imputação de doação de ativos fixos	4 029,04		4 029,04	
-	39 073,42	28 143,73	10 929,69	38,84%

21.6 Gastos/reversões de depreciação e amortização

Gastos/reversões de depreciação e amortização				
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas				
	2022	2021	Variação	Variação %
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	
Equipamento informático e de telecomunicações	82 998,85	51 642,82	31 356,03	60,72%
Outros	0,96	0,96		
Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	5 993,27	11 278,55	-	-46,86%
Equipamento e material para serviços de alimentação, rouparia e lavandaria	3 567,01	3 989,20	-	-10,58%
Equipamento de escritório e de reprografia	94,56	94,56		
Equipamento de oficina e reparações	96,72	96,72		
Mobiliário de escritório e de arquivo	107,52	6 827,18	-	-98,43%
Equipamento e material de apoio à produção	169,01	-	169,01	
Ativos intangíveis	-	-		
Programas de computador e sistemas de informação	12 408,38	-	12 408,38	
	105 436,28	73 929,99	31 506,29	42,62%

Funchal, 29 de março de 2023

O Conselho Administrativo

Rui Herculano Lobo de Freitas

Teresa Maria Gouveia da Mata

José Laurentino Fernandes de Sousa